

# Reconfigurações espaciais: um estudo de cidades ibero-americanas em perspectiva comparada – São Paulo e Cidade do México

Eunice Helena Sguizzardi Abascal, Gilda Collet Bruna, Ricardo Hernán Medrano, Luiz Benedito Castro Telles, Claudia Virginia Stinco, Rafael Manzo, Volia Regina da Costa Kato  
FAU-Mackenzie. São Paulo – SP [Brasil]  
eunice.helena@terra.com.br

As cidades contemporâneas apresentam mudanças visíveis, expressas em suas paisagens, manifestas por reconfigurações espaciais, novas morfologias, usos e funções. Com as transformações produtivas, tecnológicas e sociais despontadas na década de 1980, os dois últimos decênios do século XX assistiriam à vinculação desse cenário de mudanças à globalização econômico-cultural. As cidades que constituem a rede ibero-americana encontram-se incluídas no rol de exemplos passíveis de investigação e análise. Nesta pesquisa, tivemos como base um projeto maior denominado “Paradigmas para o estudo de cidades ibero-americanas no século XXI”, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Neste estudo, recortamos o universo de casos, buscando uma perspectiva comparada entre as cidades de São Paulo (Brasil) e do México (México).

**Palavras-chave:** Globalização. Perspectiva comparada.  
Reconfiguração espacial. Rede ibero-americana.  
Transformações produtivas.



## 1 Introdução

Os conflitos do desenvolvimento urbano pós-industrial nas metrópoles latino-americanas, decorrentes da economia globalizada, ensejam investigações reveladoras de novas espacializações e de suas naturezas. Esses espaços evidenciam formas de distribuição territorial, modalidades produtivas, logística distributiva da metrópole pós-industrial e fixação dos estratos sociais mediante esse fenômeno.

Segregações e concentrações funcionais residenciais ou de áreas destinadas ao abrigo de serviços e de escritórios distribuem as camadas mais favorecidas em novas centralidades. Tais espaços, que se apresentam como segregações – termo que significa o fenômeno de concentração funcional –, traduzem a valorização da terra urbana e a concentração de investimentos de alto padrão, que, aparentemente se opõem aos outros espaços reveladores de acentuada pobreza, tais como favelas, edificações precárias de alvenaria e cortiços.

A esses espaços, relaciona-se a globalização econômica, “[...] o terceiro momento do capital, depois do capitalismo concorrencial e do estágio imperialista [...]” (JAMESON apud BENKO, 2002, p. 42). Esses autores mostram que a globalização depende do espaço da acumulação flexível e da hipermobilidade do capital, operacionalizado por estratégias de exploração e dominação, que vêm absorvendo a de mão-de-obra assalariada em escala planetária e adequando a produção pós-industrial própria a essa acumulação flexível. Esse espaço é o que se deseja pesquisar para as metrópoles de São Paulo (Brasil) e do México (México).

Atualmente, estudos são unânimes em detectar a presença real de espacialidades geradas pela globalização (TASCHNER; BÓGUS, 2001), responsável por grandes impactos econômicos, tais como perda da função polarizadora da atividade industrial, fuga de indústrias que exploram mão-

de-obra intensiva e concentração de atividades terciárias especializadas em serviços.

Quanto aos países latino-americanos e em desenvolvimento, como Brasil, México, Argentina e Chile, em que algumas cidades expressam fenômenos de reconfigurações espaciais, novas distribuições dos estratos sociais no espaço urbano e metropolitano podem ser apontadas. Embora a organização bipolar de centro e periferia pareça manter-se, a dispersão e a concentração ocorrem em paralelo, atingindo as moradias e os locais de trabalho, em direção às cidades periféricas ocupadas por estratos médios. Ao mesmo tempo, enquanto ocorre esse fluxo migratório, verificam-se o empobrecimento e a degradação de áreas centrais. Os impactos informacionais sobre o sistema produtivo, que permitiram a redução de plantas industriais e a terceirização de sistemas de gestão e distribuição, proporcionaram a dispersão dos centros irradiadores de serviços, estabelecendo uma teia mais complexa do que as evidências aparentes.

A coexistência das cidades global e local é enunciada com a presença de espaços que abrigam sedes financeiras e empresas transnacionais (SASSEN, 1991), criando centros de controle da economia mundial. A cidade local expressa a estagnação, a decadência e a marginalização de investimentos.

## 2 São Paulo e Cidade do México: uma análise dos efeitos das transformações econômico-espaciais

Conforme enumerações a seguir.

### 2.1 São Paulo e sua estrutura

Uma nova ordem espacial dual e bipolar parece originar-se da hipótese da *global city* (SASSEN, 1991), como efeito espacial visível que contrapõe,

de maneira aparentemente estática, as áreas valorizadas que abrigam atividades terciárias – a região da Avenida Luiz Carlos Berrini e da Marginal Pinheiros, em São Paulo, e o distrito de Santa Fé, na Cidade do México – e também a imensa periferia que constitui uma outra dimensão local.

Preteceille (1986) contesta essa visão, ao sugerir que, embora cresça a desigualdade referente à renda e à sua distribuição nas metrópoles globais, a polarização não se apresenta dualista no espaço. Embora o conceito de globalização seja, segundo esse autor, indispensável para motivar estudos de reconfigurações espaciais, não tem capacidade de explicar todos os efeitos socioespaciais; por isso, deve ser encarado em seus limites epistemológicos, sob o perigo de, se utilizado de forma genérica, ocultar importantes fenômenos urbanos que requerem investigação.

Entre os fenômenos globais passíveis de detecção em vários países, pode-se mencionar o desemprego crescente, a polarização social, a violência urbana e as novas modalidades de indústrias ligadas tecnologicamente às empresas transnacionais e às redes de informação. O obstáculo a superar reside na imposição de que desses processos decorreriam segregações absolutas entre ricos e pobres, formando guetos, espacial e visivelmente, rígidos. A investigação das possíveis morfologias espaciais, oriundas de processos produtivos e da qualidade urbana, ambiental e arquitetônica presente nessas áreas reconfiguradas, constitui pesquisa de interesse.

Nas metrópoles globais, há o conseqüente arranjo dos segmentos médios, apesar do grande contingente de trabalhadores desqualificados que recebem baixa remuneração, de desempregados vivendo da economia informal e de um pequeno número de profissionais vinculados a serviços e empresas transnacionais ou que orbitam em torno delas. Embora haja distanciamento entre os estratos superiores e inferiores (SASSEN, 1998) e

a presença de uma cidade fragmentada (MARCUSE, 1996), cabe indagar se, no caso das cidades latino-americanas, esse modelo de análise é suficiente, sendo pertinente questionar o que é globalização para a América Latina (AL) e o que se entende por fragmentação.

Gilbert (1998) enuncia que, para as cidades da AL, a globalização se expressa como modelo econômico cuja tônica é a instabilidade das relações e valorização de trabalho, de sua formalização e da remuneração diante da volatilização dos investimentos e aportes de capital. Vale lembrar que os fenômenos decorrentes desse processo acirram as antigas desigualdades sociais da região e, em conseqüência, provocam impactos espaciais.

Na região metropolitana de São Paulo, a instabilidade está relacionada às condições históricas do desempenho econômico. A industrialização paulistana resultou dos investimentos e do excedente da cultura cafeeira em fins do século XIX. A crescente acessibilidade e o possível escoamento de mercadorias e matérias-primas, facilitados pela instalação das ferrovias, possibilitaram a interligação da cidade aos principais portos e ao interior do estado e do país. O processo migratório trouxe mão-de-obra qualificada para o campo e para as indústrias urbanas nascentes, o que fez com que a implantação das indústrias fosse acompanhada do crescente e bem-sucedido setor financeiro. Esses capitais destinar-se-iam à urbanização e à arquitetura, à infra-estrutura e ao embelezamento da área central, enquanto bairros operários se estabeleceriam nos eixos ferroviários, dando início à vasta periferia. A fragmentação do tecido paulistano iniciou-se com a industrialização e seus efeitos espaciais, uma vez que a recém-instalada ferrovia criava extensa faixa de terrenos subvalorizados, nos quais seriam implantadas as indústrias. Bairros cresceram em torno dos eixos ferroviário-industriais, ocupando os terrenos entre as vias férreas e a várzea dos rios Tietê e Ta-



mandateí, distinguindo, desde então, os tecidos ocupados por habitações e serviços ao longo de tais eixos daqueles dos estratos superiores.

A partir dos anos 1950 e com a indústria automobilística (na década de 1970), a localização industrial estendeu-se aos outros espaços metropolitanos e passou a concentrar grande parte da atividade econômica nacional. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (apud TASCHNER; BÓGUS, 2001), em 1970, a região metropolitana de São Paulo acumulava 42,2% do valor da transformação industrial e 74,6% da estadual.

A década de 1980 correspondeu a consideráveis mudanças de redemocratização política, expansão dos meios de comunicação, informatização da sociedade, além do advento da internet. A descentralização regional iniciada na década de 1970 atingiu seu ápice, nesse período, acompanhada da desregulamentação econômica, da abertura ao sistema da economia mundial e da reestruturação produtiva e administrativa. Iniciou-se a desconcentração das atividades industriais, com conseqüente migração de indústrias para as franjas urbanas e para o interior do estado. Malgrado a transferência das indústrias, elas permaneceram vinculadas à região metropolitana, uma vez que mantinham seus centros de decisão e planejamento. Ao terceirizar grande parte das funções, as indústrias passaram a relacionar-se com pequenas e médias empresas, espalhadas pela região metropolitana e, por meio desse contato, estabeleceu-se uma nova logística de distribuição e circulação de informações e de bens e serviços. Vincula-se essa logística a empresas deslocadas e centros de distribuição localizados nas saídas da cidade. A modernização da gestão industrial trouxe desemprego, mesmo com a permanência da atividade industrial. A retração do trabalho assalariado acarretou a flexibilização (entendida como prática de contratos temporários, prestação de serviços

e autonomia do trabalho) e também a informalidade, acompanhada de redução drástica da mão-de-obra empregada na indústria. Verificou-se que, apesar da redução de empregos no setor, a atividade industrial sobrevivia, o que ocasionou uma notável instabilidade social.

A internacionalização se fez sentir com o crescimento do controle patrimonial da indústria paulista (TASCHNER; BÓGUS, 2001). Os reflexos dessa mudança foram a diversificação, a complexidade e a modernização técnica, tecnológica e funcional do setor industrial.

A descentralização e espacialidade correspondentes aos arranjos produtivos coincidem com a manutenção da dianteira nacional da economia paulista. Presenciou-se o aumento simultâneo dos investimentos externos, do desemprego e da exclusão, de natureza social e espacial, refletida na periferia expandida, na precariedade da moradia e na ausência de infra-estrutura e serviços básicos.

Mudanças na paisagem urbana ocorreram em conseqüência da concentração de atividades globais, associada à valorização do solo. Verificou-se a participação de capital privado em parceria com investimentos públicos, possibilitando a modernização da infra-estrutura, de empresas transnacionais e sedes bancárias. Ainda é difícil avaliar o papel de políticas públicas de regulamentação e gestão da arquitetura e do urbanismo desses capitais, bem como da aplicação de mecanismos redistributivos como a venda de potencial construtivo e a prática da outorga onerosa do direito de construir. Esses instrumentos estão regulamentados pela Lei 10.257 (BRASIL, 2001) – Estatuto da Cidade –, conforme consta do *Plano Diretor Estratégico (PDE)* de São Paulo, capítulo 3: “Dos instrumentos de Gestão Urbana e Ambiental” (SÃO PAULO [Município], 2002). Da mesma forma, o PDE tratou das Operações Urbanas Consorciadas, estabelecendo áreas estratégicas em que elas podem ser realizadas. Embora a legislação represen-

te avanço na direção de práticas redistributivas, cujos subsídios viriam de acordo com as operações urbanas, o crescimento de periferias e favelas é um fato. A modernização de áreas da cidade vem contribuindo para a valorização do solo e, ao mesmo tempo, permitindo o deslocamento para as bordas da capital e do cinturão de municípios denominado Grande São Paulo.

Taschner e Bógus (2001) assinalam índices migratórios positivos em municípios como Guarulhos (SP), ao identificar a expansão periférica da mancha urbana na região metropolitana. No entanto, apesar do avanço periférico, as áreas centrais degradam-se com a presença de cortiços e moradias precárias.

## 2.2 Cidade do México e sua caracterização

Na Cidade do México e em sua região metropolitana, observam-se fenômenos semelhantes aos estudados até aqui, ou seja, expansão da metrópole; à transformação da base produtiva industrial e ao aumento significativo da terceirização; à formação de áreas voltadas ao abrigo de sedes de empresas transnacionais, e aos empreendimentos imobiliários destinados a essas empresas e a investidores nacionais e estrangeiros.

No entanto, a degradação da área central do distrito federal (DF) do México tornou-se patente, o que deu ensejo para que se viabilizassem ações de reabilitação e regeneração urbana por meio de parcerias público-privadas para a manutenção e refuncionalização de imóveis e espaços urbanos.

A mesma dificuldade conceitual de “fragmentação” do espaço é verificada na Cidade do México. O que significa, porém, esse conceito? Pressupõe um desmembramento que, segundo Parnreiter (2005), enseja uma definição problemática. Heterogeneidade socioespacial e complexidade (quer do tecido urbano, quer da distribuição dos estratos sociais) parecem conceitos mais acer-

tados. Nas áreas centrais, a heterogeneidade diz respeito à herança histórica bem antes da década de 1990. Nos demais distritos (localizados na parte ocidental), surgiram áreas destinadas ao *business* e a condomínios fechados. Em Santa Fé, um complexo de construções destinadas a escritórios, centros comerciais e residências de alto padrão emergiu contíguo a um bairro pobre.

A dinâmica do DF do México inclui elevado nível de concentração de empresas que operam a partir de investimento estrangeiro direto. Suas matrizes e escritórios centrais, tal como as sedes das empresas exportadoras, seguem operando na região metropolitana. Ao mesmo tempo que concentra matrizes de empresas, a estrutura básica da industrialização mexicana reúne mais da metade do produto interno bruto (PIB) nacional e continua na capital. A Cidade do México segue oferecendo vantagens competitivas, favorecidas pela modernização viária que a tornou positivamente articulada ao sistema mundial.

Atividades, como o turismo de negócios e demais serviços, afluem à capital, apesar dos altos índices de contaminação ambiental, problemas de tráfego e insegurança urbana. O distrito de Santa Fé encontra-se na continuidade do eixo de extensão do histórico Paseo de la Reforma, ocupado por edifícios do setor terciário desde a década de 1970. Pode-se compreender a mais recente expansão urbana em direção de Santa Fé como desdobramento da expansão clássica da cidade, ligando o centro histórico, o Paseo de la Reforma e as avenidas Santa Fé e Insurgentes.

A capital segue desempenhando papel central para a reestruturação financeira nacional, ao inspecionar a presença e a localização do sistema bancário. De início, por controlar o sistema interno e, depois, em razão da venda de bancos a empresas estrangeiras, a capital tornou-se elo ativo entre os sistemas financeiros nacional e mundial.



Quanto aos serviços voltados à produção, a capital se destaca como núcleo econômico dinâmico, com atividades especializadas de natureza jurídica, contábil, da área de informática, de comunicação e mensagens, *design* e projetos etc. A disponibilidade desses serviços e do sistema financeiro concentrado consolida o papel de comando econômico da Cidade do México, reforçando a dinâmica de localização dessas funções na capital e em sua região metropolitana. Esse papel decisivo desempenhado pela capital pode ser demonstrado, uma vez que

Por volta de 60% do total de empresas se localiza hoje na capital, [...] em uma região concentrada da zona metropolitana, mais especialmente no eixo Paseo de la Reforma-Santa Fé, transformando-o em um nó de comando econômico. (ABASCAL, 2006, *on-line*).

Santa Fé comporta hoje um complexo de edifícios de escritórios, centros comerciais e zonas residenciais, contíguo a um tradicional bairro popular. Fenômeno de destaque é a construção de habitações de luxo que ocupam terrenos desocupados e interstícios entre os bairros pobres, o que permite conceituar a complexidade da capital como heterogeneidade, e não apenas como segregação. Esses desenvolvimentos específicos, a exemplo do de Santa Fé, guardam ligações evidentes com o processo de globalização. O distrito nasceu de intenção declarada do dirigente do Distrito Federal, Camacho Solis (1988-1994), de ser símbolo urbanístico e de integração com o mercado internacional, além de ícone das reformas neoliberais levadas a cabo no país a partir dos anos 1990. Os espaços para o setor terciário, vendidos na Cidade do México entre 1995-2001, somaram 335.000 metros quadra-

dos (m<sup>2</sup>), dos quais quase a metade se localiza em Santa Fé. Os atores envolvidos atuam no mercado e seguem construindo residências para as classes média e alta em terrenos de grandes dimensões, privatizando, pouco a pouco, os espaços públicos.

Como consequência da formação de territórios especializados ou áreas de terciário, o sistema viário se modificou, acompanhando a privatização crescente do processo urbano. As áreas especializadas vêm pressionando o poder público a fim de obter prioridade para a construção de infra-estruturas (viária e outras), em detrimento de outras partes desfavorecidas. A hegemonia se verifica na viabilização do automóvel e na carência de investimentos em linhas de metrô ou em outras modalidades de transporte público.

Em São Paulo, conforme a pesquisa citada (TASCHNER; BÓGUS, 2001), os cortiços apresentam-se dispersos, convivendo com outros imóveis destinados às classes de melhor situação e ocupando terrenos da área central, bem como anéis circundantes próximos. Fenômeno interessante diz respeito ao deslocamento da classe média para a periferia, sobretudo de jovens e de cônjuges, que, impossibilitados de adquirir ou locar um imóvel em áreas centrais (devido ao alto valor do solo e do metro construído), dispersam-se pelas periferias. Da mesma forma, áreas para funções específicas, referentes ao avanço terciário, podem ser encontradas na cidade.

A geografia do território urbano global deixa de apresentar a rígida estruturação centro-periferia para demonstrar uma intrincada rede de ocupações. Áreas representativas de atividades terciárias, símbolos de inserção na economia mundial, existem em São Paulo no eixo Sudoeste-Pinheiros. Constituem outra realidade, denominada cidade global, conforme Lima (2005, p. 6), para quem

[...] a cidade global avança o conceito de cidade mundial, previamente isolada em seu poder produtivo, e estabelece uma outra ordem que promove a simultaneidade de ação entre centros econômicos na forma de um mercado planetário. [...] Voltando à ambigüidade do conceito, como espaço concreto, a cidade global é o espaço e o lugar onde a negociação política e social sobre as condições materiais e simbólicas do capitalismo contemporâneo ocorre.

Essa realidade cotidiana e local convive com aquela outra, que

[...] exige a criação de centros econômicos específicos, isolando a representação tradicional de cidade em enclaves de concentração de recursos. Essas áreas pontuais dentro do vasto território das megalópoles contemporâneas materializam a dimensão local de onde os processos globais ocorrem. (LIMA, 2005, p. 9).

Nesses “enclaves” (LIMA, 2005), investimentos em infra-estrutura determinam especificidades que constroem cenários, em que arquiteturas empresariais e internacionais constituem espaços urbanos privatizados e controlados. Ilusoriamente, cumprem a função social de espaço público, o que pode ser evidenciado por meio da análise da ambiência e da relação da arquitetura com a paisagem urbana.

### 3 Elementos de análise comparada

A arquitetura global é composta de edifícios de expressão homogênea, o que propicia que se faça uma comparação entre São Paulo e Cidade do México. A rede mundial e heterogênea de cidades necessita desses enclaves e do capital simbólico representado por sua arquitetura e espaços, dotando seus territórios de expressões estéticas, linguagem arquitetônica e equipamentos homogêneos, fatores que podem constituir um fundamento para estabelecer semelhanças.

A presença desses espaços que se apresentam como segregação e fratura urbana pode modificar a apreensão e a possível representação da cidade. A localização espaço-temporal sofre alterações, e o “centro” não mais coincide necessariamente com o centro histórico. Centralidades substituem a representação do centro absoluto. Em São Paulo, os desafios globais se vêm acompanhados da inexistência de estratégias urbanas voltadas para o aprimoramento da infra-estrutura, que permanece, quase totalmente, regida pelo mercado e pela especulação imobiliária. Nesse contexto, “Ilhas” de concentração modernizadora vêm aumentando a segregação e a valorização do solo urbano nesses recortes territoriais (FERREIRA, 2003).

Apesar da existência de disjunções urbanas em momentos anteriores, o fato novo reside na adoção de um modelo neoliberal, cuja dinâmica instável está presente nas formas de reprodução do espaço urbano, sugerindo a atuação do livre mercado como natural. Esse modelo, iniciado com o PDE e que contempla as esferas pública e política da gestão e da reprodução do espaço urbano carece de revisão. Embora o PDE seja um avanço, que permite o fundamento de planejamento válido por legislação reformada, as dificuldades de aplicação são consideráveis, quanto à prática de



políticas redistributivas e à aplicação dos instrumentos de gestão propostos.

Alguns autores enfatizam que esses conflitos se estendem também aos espaços habitacionais privados, de consumo, lazer e trabalho, que se distribuem determinando uma nova maneira de “[...] organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo.” (CALDEIRA, 2000 apud TASCHNER; BÓGUS, 2001, p. 34).

A análise comparada desses fenômenos, tendo como campo experimental as cidades latino-americanas, representa uma estratégia de pesquisa capaz de proporcionar conhecimento consistente de seus problemas e das soluções propostas. A Cidade do México enfrentou mudanças em razão da modernização proveniente de conflituoso modelo econômico e territorial. Esse modelo é o resultado da acomodação à estrutura neoliberal e de sua inserção no mundo globalizado.

Uma consequência da implantação desse modelo foi o desenvolvimento de extensa megalópole, agregando vasta periferia em torno da área do DF. Esses movimentos decorreram de uma crise que, por sua vez, está diretamente vinculada à movimentação de capital especulativo e de sua concentração, a mudanças tecnológicas e à desindustrialização. Tais mudanças fazem da área metropolitana da Cidade do México exemplo paradigmático para a prospecção do desenvolvimento futuro das grandes cidades latino-americanas.

Conforme assinalam Pradilla Cobos e Márquez López (1998), a rede infra-estrutural, os serviços e as conexões realizadas de fluxos de mercadorias, pessoas, capitais e informação geram uma trama urbana que se estende por toda a megalópole. No entanto, trata-se de rede descontínua e fragmentada de territórios cuja infra-estrutura se articula. O crescimento das cidades dessa “coroa” externa é maior do que o do núcleo central. Ainda segundo esses autores, tal expansão determina

uma nova forma de concentração urbana. Processo similar ocorre no entorno de Monterrey, ao norte, ampliando-se a conurbação com as cidades estadunidenses do sul do Texas.

Os nós dominantes do território megalopolitano, em que ocorrem concentrações de fluxos de capital, surgem como áreas homogêneas que atraem condições gerais de acumulação. Capitais produtivos de investimentos estrangeiros aparecem juntamente com o deslocamento das indústrias às cidades da coroa (sobretudo Querétaro, localizada estrategicamente na rota de abrangência da Área de Livre Comércio das Américas [Alca]).

Pradilla Cobos e Márquez López (2006) assinalam a presença de investimentos públicos em infra-estrutura viária que favoreceram as áreas de enclaves, como a de Santa Fé. Intensificando a circulação dos automóveis em detrimento de aplicações em transportes públicos e em modais não-poluíntes, enfatizam a cooptação com investidores e interesses estrangeiros.

## 4 Considerações finais

Neste artigo, propôs-se estudar, com especificidade, fundamentos e possíveis categorias de análise relacionados ao processo de fragmentação e formação de enclaves em São Paulo e na Cidade do México. Efetivou-se também uma reflexão com o fito de polemizar as causas desse fenômeno e descrever o contexto em que se insere, para que, à luz de conhecimentos mais precisos, a comparação possa ser estabelecida.

Embora muitos estudos entendam que a produção desses enclaves ocorre a partir da atuação de forças mercadológicas e que essa causa se relaciona diretamente às críticas (que podem ser endereçadas à qualidade dos espaços resultantes e de sua arquitetura), indagamos se esses fundamentos ideológicos constituem base suficiente à compre-



ensão específica dos fenômenos de reconfiguração e transformação da espacialidade e da arquitetura. Propomos a necessidade de as pesquisas avançarem de forma que investiguem, com especificidade e precisão, o fenômeno, a partir da observação direta e empírica. Propomos, ainda, que os temas relativos à participação efetiva do poder público e da iniciativa privada, no processo de transformação de usos em áreas que se voltam, hoje, ao setor terciário, sejam mais bem-compreendidos, assim como aqueles relativos à qualidade do espaço público e da arquitetura realizada.

É necessário, portanto, estabelecer uma sólida base para o estudo da contemporaneidade latino-americana, exibindo tendências distintas ou semelhanças de resultados, investigando a aplicação de políticas públicas, modos de gestão e seus efeitos territoriais.

Há que se investigar os fatores (elementos) decisivos, no que se refere ao conhecimento, que auxiliam a atingir esses objetivos de pesquisa, capazes de questionar pressupostos teóricos e ideológicos que se afirmam como parâmetros indiscutíveis.

### Spatial reconfigurations: an Iberian-American cities study in comparative perspective – São Paulo and México City

Contemporary cities present visible transformations, expressed in its landscapes, reconfigurations, new morphologies, uses and functions. Along of productive, social and technological changes occurred in 1980's, the last two decades of XX century saw these transformation scenes linked to economic and cultural globalization. Iberian-American cities are included in the universe of examples that can be researched and analyzed scientifically. This article is a part of a major project, called "Paradigms for the study of Iberian-American cities in XXI cen-

ture", realized by School of Architecture and Urbanism, Mackenzie Presbyterian University. It is focused the universe of cases, in order to search a comparative perspective between São Paulo and México City.

**Key words:** Comparative perspective. Globalization. Iberian-American net. Productive transformations. Space reconfiguration.

## Referências

- ABASCAL, E. H. S. São Paulo e Cidade do México: espaço e transformações econômico-sociais, um enfoque comparativo. *Arquitextos*, São Paulo, v. 74, n. 2, 2006. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq074/arq074\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq074/arq074_02.asp)>. Acesso em: 17 out. 2006.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 1. ed. São Paulo: Anna Blume/Hucitec, 2002.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 17 out. 2006.
- FERREIRA, J. S. W. *São Paulo: o mito da cidade global*. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GILBERT, A. World cities and the urban future: the view from Latin América. In: LO, F-C.; YEUNG, Y-M. (Ed.). *Globalization and the world of large cities*. 1. ed. Tóquio: United Nations University Press, 1998. p. 174-202.
- LIMA, Z. Enclaves globais em São Paulo: urbanização sem urbanismo? *Arquitextos*, São Paulo, v. 59, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq059/arq059\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq059/arq059_02.asp)>. Acesso em: 13 out. 2005.
- MARCUSE, P. Space and race in the post-fordist city: the outcast ghetto and advanced homelessness in the United States. In: MINGIONE, E. (Ed.). *Urban poverty and the underclass*. 1. ed. Oxford: Blackwell, 1996. p. 176-216.
- PARNREITER, C. Tendências de desarrollo en las metrópolis latinoamericanas en la era de la globalización: los casos de Ciudad de México y de Santiago de Chile. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Santiago, v. 31, n. 92, p. 5-28, 2005.



PRADILLA COBOS, E.; MÁRQUEZ LÓPEZ, L. Ciudad de México: política pública, privatización y patrón de movilidad urbana de la población. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 9., 2006. Bahia Blanca. *Anais...* Bahia Blanca: UNS, 2006.

PRADILLA COBOS, E.; MÁRQUEZ LÓPEZ, L. Las megalópolis latinoamericanas en la globalización: la zona metropolitana de la Ciudad de México. *Urbana*, Venezuela, v. 3, n. 23, p. 11-35, 1998.

SÃO PAULO (Município). *Plano diretor estratégico do município de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura, 13 set. 2002. Disponível em: <[http://www6.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano\\_diretor/0004](http://www6.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/0004)>. Acesso em: 1 out. 2006.

PRETECEILLE, E. Collective consumption, urban segregation and social classes. *Environment and Planning, D: Society and Space*, Londres, v. 4, n. 2, p. 145-154, 1986.

SASSEN, S. *The global city*. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. São Paulo: uma metrópole desigual. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Santiago, v. 27, n. 80, p. 87-120, 2001.

Recebido em 17 out. 2006 / aprovado em 7 nov. 2006

**Para referenciar este texto**

ABASCAL, E. H. S. et al. Reconfigurações espaciais: um estudo de cidades ibero-americanas em perspectiva comparada – São Paulo e Cidade do México. *Exacta*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 353-362, jul./dez. 2006.